



TRE  
PARANÁ

CONTRATO N.º ...../202...  
PAD Nº 028130/2022

ANEXO V  
MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE FORNECIMENTO e GARANTIA,  
que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DO PARANÁ (Adequar conforme o  
órgão contratante) e a empresa .....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nº 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º ...../2023, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, PAD n.º **028130/2022**, e a proposta de preços, de um lado o:

**(Adequar conforme o órgão contratante)**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º ....., com sede em Cidade/ESTADO, na Rua ....., nº ....., complemento ....., bairro....., CEP ....., Telefones: (....) ....., e-mail: .....@....., neste ato representada pelo(a) Sr.(a.) ....., CPF \*\*\*.....-\*\*, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado, mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - O objeto deste contrato é o fornecimento e garantia de (especificar a quantidade) .....(.....) **Switches de acesso – 48 portas**, marca..... modelo ....., visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral. **(Adequar conforme o órgão contratante).**

**1.2** - A contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no Edital de licitação, termo de referência anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3** - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, o fornecimento será realizado por unidades solicitadas, considerando o preço unitário do item.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO E RECEBIMENTO**

**2.1** - O fornecimento e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência - Anexo I.

**(Órgão deverá adequar os itens abaixo, conforme o caso.)**

**2.2** - Local de Entrega para o **TRE/PR**: os equipamentos deverão ser entregues na sede do Tribunal Regional Eleitoral em Curitiba na Seção de Rede, Rua João Parolin, 224. Curitiba - PR. CEP 80220-290, mediante agendamento pelo telefone (41) 3330-8628.

**2.2** - Local de Entrega para o **Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre/AC**: os equipamentos deverão ser entregues no Logradouro Estrada da Usina, 669 – Morada do Sol, responsável Ten. Biasoli, e-mail [caio.biasoli@ac.gov.br](mailto:caio.biasoli@ac.gov.br), mediante agendamento pelo telefone (68) 3215-4700.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**3.1-** As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

**3.2** - Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA (*Adaptar, conforme disponibilidade de cada órgão.*)**

**4.1** - A despesa com o presente instrumento correrá a conta:

Programa de Trabalho Resumido nº: .....

Elemento(s) de despesa: .....

Nota(s) de Empenho ....., de ...../...../.....

Categoria econômica: .....

Código SIASG: BR122971.

### **CLAUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

**5.1** - O presente contrato vigorará pelo período de 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 8.666/93.

**5.2** - O prazo da Garantia será de 60 (sessenta) meses contados a partir do recebimento definitivo.

### **CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**6.1** - O valor total pago à CONTRATADA pelo cumprimento do objeto deste contrato é de R\$ ..... (.....), conforme abaixo especificado:

**(Preencher conforme a solicitação.)**

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Switches de acesso – 48 portas / Marca: Modelo:			

**6.1.1** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

#### **6.2 - Do documento fiscal:**

**6.2.1 – (*Adequar conforme órgão Contratante*)** O documento fiscal deverá ser protocolado junto à Seção de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado à Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - Curitiba - Paraná, direcionado à Seção de Rede. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá ser encaminhada para o e-mail [red@tre-pr.jus.br](mailto:red@tre-pr.jus.br).

**6.2.2** - O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos.

**6.2.2.1** - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio da eventual matriz ou filial da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs (matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular.

**6.2.3** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81; (**Adequar conforme órgão Contratante**)
- d) Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- e) Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;
- f) Número do contrato;
- g) Valor unitário de cada item e valor total; e
- h) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**6.2.4** - Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento.

**6.2.4.1** - Para o respectivo atestado e autorização para o pagamento, a contratada deverá apresentar ao gestor da contratação, a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93.

**6.3** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

**6.4** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**6.4.1** - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**6.4.2** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**6.4.2.1** - Nenhum pagamento será devido à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação.

**6.4.3** - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.4.4** - O gestor da contratação do Contratante procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 6.2.2.1.

**6.4.4.1** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

**6.4.5** - O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

**6.4.6 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto e proceda solicitação formal, os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I** =  $i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)

**I** =  $(6/100)/365$

## **6.5 - Da regularidade fiscal:**

**6.5.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do Contratante, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**6.5.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do Contratante, visando à regularização.

**6.5.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**6.5.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**6.5.2.1** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**7.1** - Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência Anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE**

**8.1** - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de fornecimento e garantia contratual.

## **CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da lei nº 10.520/02:

a) Advertência: para faltas leves, não puníveis com multa (Cláusula 9.2);

b) Das multas (Cláusula 9.2):

**b.1)** Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato pelo não cumprimento de outras obrigações previstas;

**b.2)** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento parcial;

**b.3)** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento total, bem como pela cessação da prestação da Garantia Contratual.

**9.2** - A contratada, ao descumprir os prazos previstos para realizar atendimentos, solucionar chamados, entregar o objeto, substituir os componentes defeituosos, entregar relatórios e prestar garantia, estará sujeita às seguintes sanções:

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
Deixar de cumprir os prazos previstos para atendimento, conforme previsto nos itens 5.2 do Termo de referência – REQUISITOS DA GARANTIA, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,05% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega dos equipamentos, conforme itens 3.1.7, 3.1.7.1 e 3.1.7.2 do Termo de referência – Anexo I	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
Deixar de cumprir o prazo previsto para substituir equipamentos defeituosos ou irregulares conforme previsto no item 3.2.3 do Termo de Referência – Anexo I, por ocorrência.	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,1% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de entregar os laudos de atendimentos e os relatórios, conforme previsto nos itens 5.2.13.1 e 5.2.14 do termo de referência, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,02% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018, conforme cláusula 4ª do Termo de Referência	A qualquer momento	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual

**9.3** - As multas e os prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos em favor da CONTRATADA ou, não havendo possibilidade, deverão ser recolhidos em favor da União no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Contratante.

**9.3.1** - Enquanto pendente processo administrativo para aplicação de multa, o Contratante. poderá reter parte dos valores previstos em nota fiscal para garantir o adimplemento da penalidade.

**9.4** - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**9.5** - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**9.6** - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do SicaF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**9.7** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficaz as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1** - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**11.1** - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

**12.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR (***Adequar conforme órgão Contratante***) para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**12.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>2</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, .... de ..... de 2023.

.....

Representante Legal  
p/Contratada

**Dr. Valcir Mombach**  
***Adequar conforme órgão Contratante***  
Diretor Geral -TRE/PR  
p/Contratante

<sup>1</sup> Artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda (atualmente Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012.

<sup>2</sup> Excepcionalmente poderá ser aceito outro formato.